

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min		

**TERCEIRA SECRETARIA**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**  
**SETOR DE TAQUIGRAFIA**  
**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA**  
**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª**  
**(DÉCIMA SÉTIMA)**  
**SESSÃO ORDINÁRIA,**  
**DE 15 DE MARÇO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 13ª Sessão Ordinária;
- Ata da 14ª Sessão Ordinária;
- Ata da 15ª Sessão Ordinária;
- Ata da 2ª Sessão Extraordinária.

Como acordado no Colégio de Líderes, nós entraríamos de imediato na

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

votação da derrubada ou não dos vetos, mas, como ainda há ausência de alguns Deputados, fazemos um apelo para que os Deputados que estejam na Casa desçam ao plenário para que possamos começar, de imediato, as votações.

Não há *quorum* para votação. Portanto, passaremos aos Comunicados de Líderes e, assim que houver *quorum*, o interromperemos e começaremos imediatamente a votação, a Ordem do Dia.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, naturalmente, nós ainda estamos vivendo os reflexos da manifestação do último domingo, dia 13. Uma manifestação que, segundo números, atingiu parâmetros recordes no País. Nós, que somos e integramos a classe política do nosso País, não podemos nos isentar ou passar desapercibidos do impacto desse processo. Nós precisamos ter claro que um projeto democrático passa, em primeiro lugar, pelo respeito às instituições e ao ordenamento jurídico do País. Nós estamos dentre aqueles que acreditamos no processo que o País passa e pela maturidade que ele enfrenta. Nós temos absoluta clareza daquilo que nos desafia neste momento. Eu não vou dizer aqui para os colegas que todo esse cenário não nos atinge emocionalmente – seria uma hipocrisia, e não posso ter essa atitude diante de todos. Entretanto, é importante ter absolutamente claro aquilo que cabe às instituições e ao ordenamento jurídico. Agora nós também não podemos desconhecer os processos históricos dos cenários que nós já vivenciamos em outros momentos da história, não apenas de nosso País, mas a história mundial. Nós precisamos ter claro que aqueles que cometem a infração respondem por elas. E deve ser assim. A resposta não pode ser considerada de um partido ainda que esse ou aquele quadro pertença àquele partido.

Nesse processo, nós precisamos ter bem claro aquilo que de fato se refere à ação do Ministério Público, à ação da Polícia Federal, às investigações que ocorrem, aos atropelos que acontecem, ao impacto que a mídia tem num processo como esse.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		3

São todos fatores decisivos em contagiar a população a ter essa atitude de repúdio ao Partido dos Trabalhadores, que, até recentemente, era o partido que havia eleito o Presidente Lula por dois mandatos e a Presidenta Dilma por dois mandatos, com todo um cenário de reconstrução social no País, onde mais de 40 milhões de brasileiros, saindo da perplexa situação de miséria, adentraram em uma situação de respeito, onde se construiu todo um cenário no processo educacional com fortalecimento e interiorização das universidades brasileiras, como também das escolas técnicas, que tinham sido extintas do País.

Aí nós podemos adentrar cada cenário: recuperação do emprego. De fato, vivemos um cenário de crise econômica que não é apenas no País. A crise econômica atingiu aquele que era o bastião do desenvolvimento econômico, a China. Isso nós estamos percebendo, porque hoje o país que mais compra do Brasil é a China. Houve uma queda nesse processo e naturalmente um reflexo sobre o País.

Agora, um fato é fundamental em todo esse processo: no que pese nossa responsabilidade, cabe a nós, de cabeça erguida, enfrentar o debate, enfrentar a discussão e responder àquilo que nos cabe responder. E, mais uma vez, nós não podemos desconhecer que um homem operário, que foi o Presidente Lula, saiu, no segundo mandato, com um percentual invejado de mais de 80% – pouquíssimos políticos saíram da Presidência da República com dois mandatos e com mais de 80% – de apoio popular.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é desconhecendo tudo que a história nos reservou que nós vamos fugir desse processo, vamos nos acovardar. Nós, sim, temos que ter primeiro a autocrítica dos fatos que ocorreram. Em segundo lugar, entender o projeto político que o Partido dos Trabalhadores construiu na sociedade brasileira. E não vamos desconhecer esse cenário, porque os judeus, diante do nazismo, foram massacrados. Ali havia pessoas com a maior contribuição para a sociedade e havia aqueles problemáticos. Para os nazistas, não cabia diferenciação. E naturalmente não vão conseguir avançar nessa tentativa de querer extirpar o Partido dos Trabalhadores, sabe por quê? Existe uma questão, Deputado Prof. Reginaldo Veras, muito nítida na diferença da construção do Partido dos Trabalhadores com relação à grande maioria dos partidos brasileiros. Há uma inserção histórica, há uma construção histórica em cenários reais da sociedade. Ninguém vai dismantelar, da noite para o dia, um movimento sindical. Ninguém vai dismantelar, da noite para o dia, um movimento pela reforma agrária. Ninguém vai dismantelar, da noite para o dia, aqueles que lutam por moradia, por direitos, por isso e aquilo outro.

Portanto, em que pesem os equívocos, os erros – por estes, cada um que os fez vai ter que responder –, nós precisamos ter claro que, por esta história construída com Margarida Alves e com tantos outros aqui em Brasília – O Gildo –, nós não recuaremos. Nós temos responsabilidade com a história e enfrentaremos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>		
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

todo o cenário de adversidade, pois na adversidade é que se identifica, de fato, quem tem e quem não tem compromisso com a Nação. Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu não queria interrompê-lo, por isso aguardei um momento em que V.Exa. tomasse fôlego, mas, quando foi tomar o fôlego, já estava encerrando o pronunciamento.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O Deputado Julio Cesar tem cobrado que a gente seja pontual.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Na verdade, nós estamos aguardando dar *quorum*.

Eu queria fazer uma breve observação sobre a manifestação de V.Exa. Primeiro, quero parabenizá-lo pela coragem de assumir esta tribuna e manifestar-se acerca do que aconteceu no Brasil inteiro no último domingo. Depois, quero fazer algumas colocações também.

Realmente, isto foi talvez a maior aula de civismo que este País já teve. Nós tivemos aproximadamente 6 milhões de pessoas saindo de suas casas e indo para as ruas para protestar contra a corrupção. Esse era o foco inicial. Isso de uma forma muito ordeira, muito tranquila. Evidentemente, os fatos levaram a protestos “fulanizados” – quando se colocou o nome do ex-Presidente Lula e o nome de Presidente Dilma. Contudo, o que nos preocupa – e aí é que eu gostaria de apartear V.Exa. – é quando a gente fala das instituições.

Ninguém desconhece a história belíssima que o PT – Partido dos Trabalhadores ajudou a construir nos últimos tempos neste País. Ninguém desconhece isso. Realmente, nós tivemos inúmeros ganhos para a política, no nosso País, com a atuação do PT. Todavia, nós não podemos também desconhecer determinados fatos, como quando o ex-Presidente Lula começou a ser investigado e – para a minha tristeza, viu, Deputado Wasny de Roure? – as pessoas descobriram, a Polícia Federal revelou objetos que foram subtraídos do Palácio do Planalto, que não pertencem a nenhum Presidente, pertencem ao Brasil. Esses objetos foram subtraídos, foram levados na bagagem do ex-Presidente Lula. Também quando o ex-Presidente Lula faz determinadas afirmações desrespeitosas às instituições, como, por exemplo, uma frase que ele falou logo atrás da Jandira Feghali, que eu não vou aqui reproduzir.

Esse respeito precisa ser adotado por parte do ex-Presidente Lula. Ele não pode ofender as instituições, principalmente quando são instituições de controle. Não dá para o ex-Presidente Lula se colocar numa postura acima do bem e do mal, até mesmo porque ele não está.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>		
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

Alguns poderiam até dizer que hoje, na delação premiada do Delcídio do Amaral, este fez citações ao Presidente do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, que era o partido que eu integrava até semana passada, e eu não faço qualquer observação com relação a isso. Se for verdade, que ele seja também penalizado; afinal de contas, o brasileiro não está combatendo partido político, não está combatendo a, b ou c. Ele está combatendo a corrupção, que trouxe o País para esta situação que hoje nós vivemos.

Então, eu gostaria – se me permite V.Exa. – de colocar um ponto para reflexão. Eu acho que o PT, que é um partido que tem uma história lindíssima, uma história recente, precisa fazer uma reflexão, até para poder separar o que é caso de política do que é caso de polícia. Esta questão é muito clara: você levar aquilo que não é seu não é caso de política. Nós não estamos discutindo política. Nós estamos discutindo crime, e quem tem que responder por ele é a pessoa que o cometeu, independentemente de ser filiado ao partido a, b ou c.

Mas o que não pode – parece-me, e aqui é que eu faço o ponto de inflexão – é o PT, que tem essa história lindíssima, se deixar envolver, Deputado Wasny de Roure, com determinadas atitudes. Por exemplo: nós não podemos trazer para dentro da administração pública uma pessoa que está sendo acusada de crimes tão graves. Ou seja, não podemos usar a Esplanada dos Ministérios para acoitar pessoas que estão sendo investigadas. E isso está se ventilando muito no nosso País.

Eu acho que aí, sim, nós vamos prestar um desserviço à questão partidária, porque o PT é um partido que tem a sua história, aliás, uma história totalmente diferente da de todos os outros. Ele é um partido que se forjou em cima de movimentos sociais, que teve a competência de sensibilizar toda a população. Tanto que criou todos os movimentos sociais que aí estão. Mas o que não se pode, e aí me permitam sugerir a reflexão, é permitir que essa história seja jogada na lata do lixo, ultrapassada por esse *tsunami* que está aí, simplesmente porque... O indivíduo a, b ou c, por mais importante que seja, se tiver cometido um crime, tem que ser punido.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu agradeço ao Deputado Raimundo Ribeiro, que é um conhecedor da ciência jurídica, é um homem que integra os quadros da Advocacia Geral da União, pelo que me consta.

Deputado Raimundo Ribeiro, o que nós temos, e isso são fatos, é que a legislação que exatamente robusteceu tanto a Polícia Federal quanto o Ministério Público foi construída pelas gestões do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Então, acho que esse é um cenário no qual cabe a nós nos debruçarmos em cima dos fatos ocorridos. Todos nós também somos seres humanos, e como tal cometemos os nossos deslizes, mas não podemos nos furtar àquilo pelo qual cabe a nós respondermos como homens e mulheres que estão em atividade pública.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Eu já estive nesta Presidência e tive, inclusive, cuidado de fazer um procedimento de arrolar todos os objetos, ao ponto de alguns colegas falarem: "Isso nem cabe você deixar aqui, é muito simples". Isso faz parte hoje. Eu entendo que o Palácio do Planalto deve ter isto muito bem arrolado: a natureza da entrada desses bens, a quem pertenciam ou a quem não pertenciam.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Peço a V.Exa. que possa concluir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sim, eu já concluí, Deputado. Eu retornei em consideração ao Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Como está completando o *quorum* para votações, eu até peço à nossa assessoria que possa... Ainda estão faltando alguns Deputados. A gente faz esse apelo, para que não se termine mais uma semana sem votações.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu chego aqui todo dia às 15 horas e fico até o término da sessão. Portanto, do meu direito regimental de falar eu não abro mão.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sim, Sr. Deputado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Eu quero apenas reforçar o convite a todos os Parlamentares: amanhã nós vamos estar no Riacho Fundo I, na Câmara em Movimento. Então, queria convidar a todos para estarmos lá, amanhã, para fazer um debate a partir das 15 horas. Estamos mobilizando a comunidade: as ONGs, os conselhos de pastores, os conselhos de saúde. Será uma grande mobilização para debatermos os problemas daquela comunidade e também as políticas públicas de que aquela cidade carece.

Então, eu queria convidar a todos, a partir das 15h, lá no Riacho Fundo I.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 7

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a título de esclarecimento, Deputado Chico Vigilante, na verdade, lá no Colégio de Líderes, apenas invertemos a pauta no sentido de que, em vez termos inicialmente o pronunciamento dos Líderes, iríamos votar os vetos. Após a votação dos vetos, teríamos os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares.

Então, em momento algum foi colocado que os Parlamentares não iriam falar; pelo contrário, foi apenas uma inversão por causa da questão dos vetos. Isso foi decidido no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu posso ganhar tempo aqui.

Então, encerro os Comunicados de Líderes, e vou passar ao Comunicado de Parlamentares.

Antes, porém, eu gostaria de fazer uma declaração. Sempre que chego aqui, tenho criticado bastante o Governador, mas quero hoje fazer um elogio – ultimamente ando elogiando muito o Governador Rodrigo Rollemberg, estou até desconfiando de mim. A escolha do novo Presidente da Terracap, no meu modo de ver, foi uma escolha acertada do Governador Rodrigo Rollemberg, o Dr. Júlio César para presidir a Terracap.

Tenho certeza de que o Dr. Júlio César – um homem extremamente técnico, mas, ao mesmo tempo, de um conhecimento político – vai fazer com que a Terracap recupere aquilo que foi o nosso orgulho nos últimos anos: uma empresa que, de fato, dava lucros e não prejuízos. E que olhe com bastante carinho a regularização, especialmente, dos condomínios.

Mas para não perder também o costume, eu gostaria que alguém do governo me explicasse por que estão recapeando, de novo, a Samdu Norte de Taguatinga? Já recapearam há uns três meses. Não que eu me preocupe com isso, mas Taguatinga está afundada em buracos, todo o lugar tem buraco, e buracos grandes. Inclusive nas ruas próximas a nossa casa, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Buracos que não acabam mais e está fazendo um serviço já feito há uns três, quatro meses. Eu gostaria que o Governo nos desse essa explicação do porquê disso.

Então, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Só para ir na mesma linha do que V.Exa. falou agora, a respeito do Presidente da Terracap.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>		
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

Realmente, V.Exa. já fala como homem da base, já treinou tanto e, agora, já está exercendo esse papel da Base que todos nós gostaríamos que V.Exa. exercesse.

Quero dizer que o novo presidente tem um nome muito bonito – Julio, os Julios estão dominando o GDF; na secretaria de educação, lá na obra e, agora, na Terracap.

Quero realmente parabenizar o nosso Governador Rodrigo Rollemberg por essa escolha. Tenho certeza de que esse novo presidente chegará para fazer algo de muito bom pela nossa Terracap.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao nobre amigo Deputado Chico Vigilante – porque aqui V.Exa. sempre terá o respeito necessário por parte desta Casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero abordar novamente um tema que tenho sustentado aqui desta Tribuna constantemente.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. que é um homem da segurança pública, eu quero falar da insegurança no Distrito Federal. O número de assaltos acontecendo nesta cidade – de roubos, de todo o tipo de crime praticado contra a população indefesa – é assustador.

A minha filha – e aí não estou legislando para a família, mas é importante relatar o que ela me disse há pouco – estuda no Iesb da Ceilândia. É engraçado que na Ceilândia criaram uma página apontando os lugares mais inseguros da Ceilândia, e o Iesb é um deles. Está dizendo: “Quer ser assaltado, vá para o Iesb.” Todo dia tem arrombamento de carro, todo dia tem roubo de carro e todo dia tem assalto daqueles milhares de alunos que estão ali. E eu pergunto: onde está a polícia? Onde está o plano de segurança desenvolvido pelo governo? E o governo fica dizendo que derrubou a violência quando é mentira!

Verifiquem a situação em todas as cidades do Distrito Federal, o índice de violência existente. Ninguém suporta mais! E os iluminados da secretaria de segurança pública ficam lá dentro dos gabinetes refrigerados filosofando. Você não consegue fazer segurança pública com filosofia, até porque primeiro tem que se combater o crime no Distrito Federal para depois filosofar. E agora estão filosofando e achando que através de filosofia vão convencer bandido a não roubar mais, a não assaltar mais, a não matar mais.

Chega a tal ponto, e acho que é o cúmulo disso tudo, o ápice da violência, vemos o assassinato dessa estudante dentro do *campus* da Universidade de Brasília, Capital da República, da sétima economia do mundo. Não pode ter um policial... O sujeito que a violentou, que a assassinou, andou com ela em vários pontos ali. Depois de assassiná-la, ele saiu com o corpo e foi desová-lo em um terreno baldio. E ninguém viu. Polícia não viu, segurança da Universidade de Brasília não viu.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 9

A verdade é que todo mundo está parecendo meio anestesiado com o índice de violência, ou achando que não tem mais jeito. Eu acho que tem jeito! É só, efetivamente, ter polícia para combater o crime.

Quem é morador de Ceilândia, de Sobradinho... Eu conversava agora com uma companheira nossa, servidora, aqui da Mesa. Domingo, o tio dela foi ao Banco do Brasil sacar um dinheirinho – estava na feira, vai lá – e, quando chegou lá, dois bandidos na porta do banco tomam o cartão dele, obrigam ele a digitar a senha do cartão para saber se era aquela mesma, dizendo que, se ele não digitasse corretamente, seria assassinado, e sacaram mil e novecentos reais dele. Na porta do Banco do Brasil, dentro do Banco do Brasil! E aí tem culpa da segurança pública e do banco. Acho que ele deve entrar na Justiça e vai ganhar responsabilizando o banco por isso.

Agora, tem a questão geral da Segurança Pública do Distrito Federal, Deputado Wellington Luiz, que ninguém suporta mais. Nós até temos um bom diretor na Polícia Civil, que é o Dr. Eric Seba, mas acho que não estão deixando ele trabalhar. A sensação que tenho é essa. Se não dão os mecanismos, se tem alguém em cima que não entende de segurança, os subordinados não vão conseguir fazer segurança; e a população paga o preço.

Portanto, fica aqui o meu protesto contra essa onda de violência, essa insegurança que reflete exatamente a incompetência do Governo Rollemberg.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente. Obrigado pela benevolência de V.Exa. Boa tarde a todos.

Quero, em primeiro lugar, Presidente Deputado Bispo Renato Andrade, ombrear-me com V.Exa. Eu tenho tentado Presidente, não é falta de vontade não, elogiar o governo; não tenho é conseguido! Tenho tentado algumas coisas e encontrado uma dificuldade danada. Mas até que ele acertou. Acho que a escolha do Dr. Júlio, como Presidente da Terracap, foi, sim, um acerto. Acho que, ao ter tirado, com todo o respeito, o ex-Presidente da Terracap, ele acertou duas vezes: ter tirado alguém de fora que custava muito caro... E isso é uma coisa que esta Casa tem que corrigir, essas histórias desses jetons milionários. Acho que é isso que temos que corrigir de forma imediata, valores altíssimos para pessoas que vêm de fora. O GDF, hoje, paga o salário dele, paga uma gratificação muito alta, mas ele não tem qualquer conhecimento da história da nossa cidade, não conhece praticamente nada e, perdoem-me dizer, é um aventureiro, porque na hora que dá errado pega as suas coisas e vai embora.

Agora, sim, colocou um técnico, um servidor de carreira que conhece como poucos a história da Terracap e a história de Brasília. Então, mesmo sendo Deputado

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 10

de oposição, não sou amigo do Júlio – o Júlio da Terracap –, não tenho nenhuma relação de amizade com ele. Tenho uma relação amistosa e de respeito com o atual Presidente da Terracap e reconheço o trabalho técnico feito pelo Júlio. Estive com ele algumas vezes e sei que é uma pessoa extremamente preparada. Ele e a atual equipe da Terracap têm tudo para dar certo.

Quero parabenizar o Governador Rollemberg pela substituição, pela troca que fez e pela escolha do Dr. Júlio para ficar à frente da Terracap. Até que enfim acertou.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. falou sobre a questão da segurança. Uma coisa nos tem trazido preocupação, é uma tragédia anunciada: a questão da carreira socioeducativa. Esses servidores cuidam dos menorzinhos, dos anjinhos – não podemos falar o que sentimos vontade –, daqueles garotinhos que matam, violentam e fazem o diabo. Nós temos que medir as palavras para falar deles. Essas criancinhas estão sob a custódia desses heróis. Esses heróis, no domingo passado, foram atacados, uma viatura deles foi atacada. Aquilo nem pode ser chamado de viatura, porque não tem a mínima condição. Um veículo dirigido por esses agentes foi atacado estranhamente na Ponte JK, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eles levaram vários tiros, não morreram por milagre. Se tivessem que morrer, iriam morrer. Para reagir ali, só se fosse com tênis, porque eles são proibidos de usar armas, não podem usar armas. O menor pode usar arma contra eles, mas eles não podem usar armas.

Esta é a preocupação que estamos trazendo: temos que rever essa situação. Costumo dizer – como policial, fiquei 28 anos na segurança pública – que a arma não é instrumento de ataque, é instrumento de defesa, é instrumento de contenção quando está na cintura de um policial, quando está na cintura do Estado. Mas se é dada a um bandido, é instrumento de ataque. É preciso que isso seja revisto. É preciso ver as condições da carreira socioeducativa. O governo acertou de novo.

Estou elogiando de novo, Deputado Bispo Renato Andrade. Estou com medo de mim, o Deputado Agaciel Maia está dizendo que estou começando a ficar preocupado, mas logo passa. Escolheram agora para ser Subsecretário um agente da carreira socioeducativa. É isso mesmo, esses são especialistas, conhecem e estão na ponta. É importante o governo ter essa sensibilidade e quero parabenizá-lo. Não adianta só escolher e colocar o cara para ser fritado lá. Tem que dar condições. É necessário que ele tenha instrumentos para trabalhar, é necessário que haja efetivo, é necessário que haja estímulo. Essa categoria está inclusive em operação-padrão, porque não aguenta mais gritar e o governo não ouvir.

Sr. Presidente, concedo um aparte ao Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Estamos nos Comunicados de Parlamentares, não há apartes.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Estamos nos Comunicados de Parlamentares, Deputado Wasny de Roure. Desculpem a vergonha que eu passei, também pensei que estávamos nos Comunicados de Líderes.

Mas dando continuidade, quero deixar bem claro que é necessário – antes que aconteça uma tragédia, uma fuga como aconteceu na Papuda – que o governo veja com bons olhos a situação em que esses servidores da carreira socioeducativa se encontram. A situação deles é muito mais complicada do que a dos servidores do sistema penitenciário, porque lá, pelo menos, os policiais têm uma arma na cintura, têm como se defender. Esses estão ao deus-dará, não têm como sequer evitar que o menor seja arrebatado, não têm como defender a própria vida nem a vida dos menores. Então, é uma situação extremamente complicada.

Hoje, como disse o Deputado Chico Vigilante, a segurança – ou insegurança – tomou conta da cidade. O Deputado Raimundo Ribeiro brincou comigo e falou: “Deputado, parabéns. Estão prendendo gente”. Prender gente hoje na rua é a coisa mais fácil, porque tem bandido para tudo quanto é canto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Wellington Luiz, apesar de V.Exa. ser da Oposição – eu o prezo muito –, o tempo regimental de V.Exa. já acabou.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Já acabou? É mesmo?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Já, Deputado. Mas vou dar mais um minuto para V.Exa. concluir.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu ainda tinha uns dez minutos para bater, Sr. Presidente. Para bater, não; para dar sugestões ao governo, porque não gosto de bater.

Sr. Presidente, como sou homem que cumpre o Regimento, eu gostaria de pedir ao governo que atente para essa situação da carreira socioeducativa. Volto a dizer: é uma tragédia anunciada. Não precisa ser especialista para atentar ao que está acontecendo. Hoje esses servidores estão trabalhando no limite, como verdadeiros heróis. Eu gostaria que tanto esta Casa quanto o governo olhassem essa categoria como eles realmente merecem.

Muito obrigado pela benevolência, nobre Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Srs. Deputados, houve um acordo no Colégio de Líderes de invertermos a ordem e primeiro apreciarmos os vetos. Logo em seguida, teríamos a fala dos Srs. Parlamentares.

(Intervenção fora do microfone.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 12

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Plenário é soberano. Consulto os Líderes, pois se concedermos a palavra, há outros Deputados inscritos.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que entremos nas votações. Estou de acordo, já abri mão da minha fala nos comunicados de líderes e de parlamentares. Vamos entrar rapidamente na votação.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar e eu quero falar, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Aqui não vamos cercear a fala de nenhum Parlamentar. O que foi sugerido, Deputado – vamos chegar a um acordo –, foi a inversão da pauta: primeiro a apreciação dos vetos e logo em seguida a fala dos Parlamentares.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comunicado ao Plenário desta Casa. Na semana passada, terça ou quarta-feira, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na pessoa do Desembargador Souza Prudente, concedeu liminar suspendendo as ações que estão sendo feitas na orla dos Lagos Sul e Norte. No âmbito da decisão, Deputado Lira, frisou a degradação ambiental, o lixo e o ambiente propício à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Disse que o GDF poderia preservar o meio ambiente, ao invés de degradar a orla. Citou que estão sendo feitas ações de degradação e não de preservação ao meio ambiente, sem um plano de prévia demolição daquelas casas. Trouxe ainda a questão da Agefis, dizendo que aquele órgão não tem autorização formal do Ibram para fazer aquelas operações. Por fim, determinou a suspensão das ações que estão sendo feitas no Lago Sul e no Lago Norte e solicitou que a União se manifestasse na qualidade de proprietária da orla do lago. Então, àquelas embaixadas e a outros imóveis federais, ele deu um prazo de 10 dias para que a União se manifeste no processo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>		
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		13

Eu gostaria de partilhar essa decisão do Desembargador Federal Souza Prudente e trazê-la hoje, aqui, a este plenário para ciência e mais uma vez alertar o governo de que aquela decisão sobre as comunidades do Lago Sul e do Lago Norte já foi transitada em julgado no Tribunal de Justiça, e decisão judicial não se discute. É para ser cumprida. Mas o que vem se tentando exaustivamente construir com o governo é um diálogo para que se faça um plano de ocupação daquela orla, se faça um plano de segurança, um plano de estacionamento, banheiros, enfim, um plano de ocupação daquele ambiente. O que está sendo posto é que é derrubar por derrubar. Em várias audiências públicas, já me posicionei com relação a esse assunto, já conversei com o Governador Rodrigo Rollemberg, e essa decisão vem reforçar que o governo tem feito de maneira errada aquela ocupação, porque ele não está ocupando, ele está apenas degradando.

Então volto, mais uma vez, ao plenário desta Casa, para fazer um apelo aos Deputados – Deputado Wellington Luiz, Líder do meu bloco, Deputado Prof. Israel, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Bispo Renato Andrade. Faço um apelo para que V.Exas. nos ajudem a cumprir aquela decisão judicial que foi proferida com relação às orlas sul e norte e que nos ajudem a construir um plano de ocupação para aquelas orlas.

Para concluir, Deputado Bispo Renato Andrade, o Desembargador Federal Souza Prudente, que é um desembargador especialista na área ambiental, Deputado Prof. Israel, inclusive com livros já escritos sobre essa matéria, concedeu liminar suspendendo as derrubadas.

Então, mais uma vez, eu chamo a atenção desta Casa para que nós criemos a legislação necessária para que o Judiciário não venha legislar aqui em Brasília conforme está acontecendo em nível federal, no qual o Supremo está legislando agora com relação ao *impeachment*. Então eu peço aos pares que nós façamos uma legislação para que o governo possa fazer um plano urbanístico de ocupação para aquela área do Lago Sul.

Então venho pedir a V.Exas. esse apoio. A decisão do Desembargador Souza Prudente só vem reforçar o que nós vimos falando há quase um ano, que essas derrubadas têm sido feitas de maneira açodada, sem o devido plano.

Agradeço a paciência de V.Exa., Sr. Presidente.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos vetos importantes para serem avaliados hoje, entre os quais o veto à proposta que garante o pagamento de meia entrada para os professores universitários. É um projeto que atende ao princípio da fundação dessa lei no nosso país.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Eu gostaria de pedir a V.Exa. que iniciássemos a votação enquanto há *quorum*.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se houver o consenso de que daremos celeridade à votação, superando os comunicados dos demais Parlamentares, eu concordo, mas eu gostaria de fazer um registro, por questão de mérito, da atuação do Deputado Cristiano Araújo e do Deputado Robério Negreiros no que diz respeito à desocupação da orla do lago. Desocupação, não, bagunça da orla do lago, porque ocupada já estava, de maneira organizada, agora está desorganizada.

Eu quero dar o mérito aos dois Deputados, que fizeram um trabalho brilhante, que estiveram sempre com as associações. Embora eu seja o parecerista da maioria das matérias da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, principalmente das matérias econômicas, eu estive ausente, mas eu gostaria exatamente de dar o mérito a esses dois Deputados, que lutaram, de maneira dedicada e competente, pelo sobrestamento daquelas derrubadas, que, na realidade, estavam, conforme o próprio Desembargador Souza Prudente disse, em vez de resolver, criando um caos na beira do Lago.

Então, eu queria fazer esse registro por mérito ao Deputado Cristiano Araújo e ao Deputado Robério Negreiros pela luta que culminou com essa liminar que suspende as derrubadas na beira do Lago.

Era isso o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a inclusão na pauta da Moção nº 332, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, membro do bloco Amor por Brasília, para que possamos votá-la ainda hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Bem, houve consenso entre os Deputados de que farão uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares somente após as votações. Apenas o Deputado Lira

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

não abriu mão de falar agora, correto? Então, logo em seguida à fala do Deputado Lira, passaremos ao processo de apreciação dos vetos.

O Deputado Prof. Israel abriu mão por enquanto. Não foi isso?

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há décadas se ouve dizer que a saúde do Distrito Federal está na UTI, e o que se observou ao longo dos anos foram medidas paliativas para acabar com esse caos.

Os meios de comunicação, quase diariamente, nos trazem denúncias de atendimento precário por falta de equipamentos, de medicamentos – até mesmo os básicos –, por falta de pessoal e, ainda, por problemas nas estruturas físicas das unidades de Saúde. A fim de contribuir para aliviar essa situação precária, nós, Deputados Distritais, destinamos à saúde do Distrito Federal cerca de R\$ 352 milhões em setembro do ano passado.

No entanto, em 18 de janeiro deste ano, o Governo do Distrito Federal decidiu prorrogar mais uma vez, por mais seis meses, o Estado de Emergência na saúde, que só deverá acabar, caso não haja nova prorrogação, daqui a quatro meses. Dessa forma, o GDF pode adquirir medicamentos e insumos sem licitação, autorizar a realização de horas extras, convocar concursados e estender cargas horárias de 20h para 40h semanais.

Agora, em 9 de março deste ano, o Jornal *Bom Dia Brasil* divulgou que o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF constatou, na fiscalização realizada entre 2013 e 2015, prejuízo superior a 70 milhões de reais na compra de órteses e próteses, cuja quantidade absurda é capaz de atender à demanda do DF por mais de 40 anos.

A denúncia foi publicada no *site* do próprio TCDF, do qual destaco o seguinte trecho: "Ao final da auditoria operacional, o corpo técnico do TCDF concluiu pela má gestão de R\$75 milhões da amostragem analisada. Na investigação, foram apontadas supostas fraudes nas licitações; possível conluio de empresas; compras sem planejamento, justificativa ou necessidade; inexistência de controle na distribuição dos materiais; armazenamento precário; entre outras ilegalidades."

Isso se configura um crime de malversação de recursos públicos e, como tal, deve ser investigado. Devemos, aqui, contribuir para que os responsáveis sejam punidos com os rigores da lei, inclusive com a devolução aos cofres públicos dos valores indevidamente pagos.

Também foi noticiado pela imprensa, no último dia 2, que o Ministério Público do DF e o Tribunal de Contas solicitaram ao TCU a fiscalização de possíveis irregularidades no uso de R\$ 646 mil pelo Hospital de Base. Tal valor deveria ser utilizado no Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), mas teve outra destinação. O

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	

SVO é responsável por determinar a causa do óbito nos casos de morte natural, sem suspeita de violência.

Para agravar ainda mais esse quadro, pairam dúvidas sobre termos, valores e condições em que são firmados os contratos com empresas terceirizadas. Por exemplo, há denúncias envolvendo a contratação de empresa de lavagem e esterilização de peças hospitalares.

Portanto, ao requerermos a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, pretendemos que sejam investigados indícios de mau uso de recursos públicos na gestão da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal de janeiro de 2011 a março de 2016.

Todos sabemos que a correta administração dos recursos destinados à saúde, inclusive os oriundos do Fundo Constitucional, contribuirá para que os brasilienses deixem de passar horas à espera de atendimento – isso quando conseguem que haja leitos suficientes e em pleno funcionamento –, que os pacientes renais crônicos façam hemodiálise quando necessário, que sejam adquiridos medicamentos e equipamentos para a rede hospitalar pública.

Enfim, temos de fazer a nossa parte para dar um basta no sofrimento da população. Afinal, há milhares de vidas em risco.

Aqui, senhores Parlamentares, faço um adendo. Todos os dias, dezenas de pessoas morrem nas filas dos hospitais por falta de medicamento, por falta de atendimento, por falta de UTI, e por aí vai. A saúde pública parece um buraco sem fundo. Quanto mais recursos se colocam, mais desaparecem. E isso tem atrapalhado os governos, especialmente o governo de Rodrigo Rollemberg. A meu ver, por mais que S.Exa. se esforce para organizar a saúde do DF, sempre há um caos, sempre há problemas na saúde.

Nós Parlamentares não podemos jamais ficar de fora dessa fiscalização. O Tribunal de Contas está investigando, mas o papel desta Casa é também de investigar, de trazer à tona a realidade do que está acontecendo na questão da saúde.

O meu objetivo em pedir uma CPI para a saúde não é para afrontar esse ou aquele governo, em especial o governo do Rodrigo Rollemberg, mas tão somente para resolver o problema da saúde no DF, porque as pessoas estão morrendo em filas de hospital e precisam de atendimento.

Nós da Câmara Legislativa precisamos dar uma resposta à altura para a sociedade. Neste momento, eu quero pedir aparte a V.Exa. para que leia, no plenário, o requerimento que foi protocolado hoje criando a CPI da Saúde no Distrito Federal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>		
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		17

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós apresentamos um requerimento ao governo pedindo as informações sobre os imóveis que o governo pretende oferecer em garantia a R\$1.200.000.000,00 (um bilhão, duzentos milhões de reais) retirados do Instituto de Previdência dos Servidores do DF – IPREV, lei votada nesta Casa. Eu sinto que estou falando em nome de cada um dos colegas Deputados. Alguns votaram a favor; outros, contra.

Quero aproveitar para cumprimentar o Francisco Dutra, do *Jornal de Brasília*. Tenho acompanhado a qualidade das matérias dele. Suas matérias são de boa qualidade, são bem estruturadas. Ele traz essa matéria de capa do *Jornal de Brasília* de hoje: “Imóveis Mudam de Mãos”. Ela confirma aquilo que eu havia mencionado aqui da tribuna: o governo está utilizando áreas que já possuem contratos, que foram renovados nessa Casa em anos recentes, como, por exemplo, o Clube do Golfe. O Governo – parece-me, segundo a matéria – está colocando um outro lote que é destinado ao Arquivo Público, que fica aqui ao lado do Memorial JK.

Eu me lembro bem, Deputado Bispo Renato Andrade, de que o Governador Rollemberg, à época, Senador, foi um dos parlamentares do Distrito Federal que capitanearam a luta pela não privatização do Eixão, que foi uma das cláusulas colocadas no debate do PPCUB — Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico. Nós estamos presenciando agora exatamente quem combateu apoiar esse tipo de procedimento. Se nós formos privatizar o Eixão, nós vamos perder o que há de mais nobre para os equipamentos relevantes para os dias de hoje e o futuro da nossa capital. Eu quero alertar o governo de que não pode se fazer com o patrimônio público, em particular esse... Porque, aqui nesta Casa, foi acolhido que não se privatizaria, nos entendimentos prévios, nenhuma unidade imobiliária do Eixão. E não podemos agora ver essas áreas do Eixo Monumental sendo colocadas em perspectiva de comercialização.

Eu quero dizer ao governo que nos responda o requerimento, respeite o requerimento que foi apresentado nessa Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 18

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar o Deputado Lira, que traz um assunto extremamente importante para esta Casa. O Tribunal de Contas já levantou essa situação da questão das próteses, da questão da saúde. E o Deputado Lira traz com muita isenção, porque ele traz do governo passado até os dias atuais. Ou seja, há uma transparência. E S.Exa. diz: independente desse ou daquele governo. Então, Deputado Lira, parabéns! Eu acho que essa Casa não pode se furtrar da sua obrigação de fiscalização. Talvez essa seja a nossa maior obrigação. Essa é missão dessa Casa, e V.Exa. está de parabéns. Eu acho que nós não podemos, em hipótese nenhuma, deixar de investigar. Como bem disse V.Exa. quando estive em meu gabinete, nós temos, sim, que investigar. E não estamos aqui dizendo que é esse ou aquele o culpado. Nós temos que investigar os fatos, e os fatos nos trarão os culpados. Então, nós não estamos apontando o dedo a esse ou àquele governo. Os fatos é que nos dirão quem são os responsáveis. Então, V.Exa. está de parabéns. V.Exa. é um deputado novo que se revela pela coragem.

Então, quero dizer aqui que esta Casa tem que dar todo apoio a V.Exa. A orientação do nosso bloco é para que assine essa CPI e que, imediatamente, comecemos a investigar casos tão graves como esse. Como já tinha dito anteriormente o Deputado Wasny de Roure, isso é caso de intervenção, que foi no passado e tem que ser agora. Agora não podemos nos furtrar da obrigação de fiscalizar.

Deputado, parabéns! Que essa Casa, a exemplo do que V.Exa. fez, cumpra a sua obrigação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer aos demais deputados que ainda não assinaram a CPI que podem se dirigir ao plenário para assinarem em defesa da saúde do Distrito Federal, em apoio às famílias que correm atrás de UTI, mas não têm; que correm atrás de remédio, mas não tem; que passam dificuldade na fila dos hospitais e nas UPAS principalmente.

Então, por isso, é importante que os parlamentares, independentemente de qualquer coisa, assinem a CPI, para que, de maneira transparente e democrática, possamos investigar o que está acontecendo na saúde por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 19

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Lira.

Convido o Deputado Wellington Luiz para secretariar os trabalhos da Mesa.

Iniciaremos o processo de votação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. procederá a verificação de *quorum*?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Julio Cesar, primeiro a gente vota as moções e os requerimentos. Em seguida, procedemos à verificação de *quorum*.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco pelo processo nominal. Havendo acordo, passamos à leitura dos próximos itens da pauta, para votação em bloco.

Item nº 148:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 326, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza Emanuel Fernando Scheffer Rego, campeão mundial de vôlei de praia, considerado como o Atleta da Última Década do Século em votação realizada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB)”.

Item nº 150:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 328, de 2016, de autoria dos Deputados Cláudio Abrantes e Wellington Luiz, que “manifesta votos de reconhecimento e louvor a cada uma das pessoas envolvidas na Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016, Casa Comum, Nossa Responsabilidade, prestando relevantes serviços à sociedade”.

Item nº 151:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		20

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 329, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta votos de pesar à família da professora, compositora e pianista Neusa Pinho França de Almeida”.

Item nº 152:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.509, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de audiência pública no dia 11 de abril de 2016, no plenário desta Casa, para debater a questão fundiária da Região Administrativa de São Sebastião”.

Item nº 153:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.512, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para debater sobre o Decreto nº 37.123, de 16 de fevereiro de 2016, publicado no DODF nº 31, de quarta-feira, 17 de fevereiro de 2016, a realizar-se no plenário desta Casa”.

Item nº 154:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.545, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “requer a realização de audiência pública no dia 6 de abril de 2016, às 10h, para discutir o sistema prisional no plenário da Câmara Legislativa”.

Item nº 155:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.557, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que “requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 17 de março de 2016 em Comissão Geral, para debater as questões relativas aos correspondentes não bancários do Banco de Brasília – BRB”.

Item nº 156:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.535, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para debater o Sistema Viário de Taguatinga e seus reflexos para a cidade”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 332, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta repúdio em razão do fim da isenção da taxa de inscrição em exames de ingresso nas universidades públicas situadas no Distrito Federal, para alunos que cursam o ensino médio em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada”.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	03	2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				21	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando as moções e os requerimentos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)


**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRESIDÊNCIA**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
 7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

DATA: 15/03/2016

MOÇÕES Nº 326/2016, 328/2016, 329/2016, 332/2016

REQUER Nº 1.509/2016, 1.512/2016, 1.545/2016, 1.557/2016, 1.535/2016

AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS

TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PTB				1		
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADOS	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE



SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO WELLINGTON LUIZ

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>		
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Estão aprovados os requerimentos e as moções.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Passa-se à votação dos vetos acordados no Colégio de Líderes. Aqui, todos nós somos Brasília.

Deputado Prof. Israel, aqui não há posição, ou oposição, ou situação. Somos Brasília.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos nós somos Brasília. Eu não sei se o governo é. Por isso, sou oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – (inaudível) ...aqui dentro, Deputado Chico Vigilante. Eu quero dizer a V.Exa., com muito orgulho, que eu também sou Oposição. Sou mineiro, de Patos de Minas, que não volta atrás. Enverga, mas não quebra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, minha questão de ordem é no sentido de que seja inserido, já que o meu veto com relação à proibição de o Detran terceirizar o serviço de vistoria vai ficar para depois, o item nº 103, que trata da ampliação da lei para a cirurgia reparadora em mulheres que tiveram câncer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Item nº 58:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.157, de 2009, de autoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre medidas de proteção a vítimas de testemunhas relacionadas em boletins de ocorrência e inquéritos policiais".

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 1157, 2009  
Fls. nº 29 §

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

**RELATÓRIO Nº , DE 2013**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1157/2009, que dispõe sobre medidas de proteção a vítimas de testemunhas relacionadas em boletins de ocorrência e inquéritos policiais.**

**Relator: Deputado Chico Leite**

Pela Mensagem nº 028/2013-GAG (fls. 25/26), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 1157, de 2009, de autoria do Deputado Chico Leite.

A proposição foi aprovada sem modificações, ficando a redação final conforme fls. 20.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição trata de matéria regulada pelo Código de Processo Penal e que inserção em lei distrital de disposição normativa diversa da contida na lei federal contraria o sentido das disposições previstas nos parágrafos do art. 24 da Constituição Federal.

Além disso, alegou-se ainda que a adoção das medidas contidas no texto da proposição poderia inviabilizar os princípios fundamentais da República, como o contraditório e a ampla defesa.

2

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

**DEPUTADO**

**Presidente**



**DEPUTADO CHICO LEITE**

**Relator**



Dep. Rodrigo Delmonaco

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pl. nº 1157 2009

Fis. nº 30 - §

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
15	03	2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		23

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

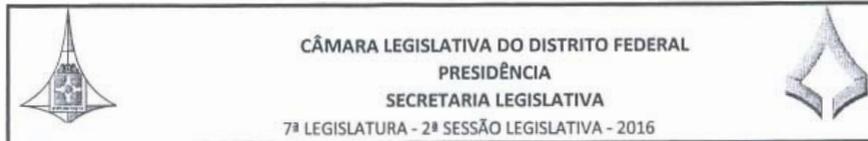
O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

O acordo do Colégio de Líderes é pela derrubada dos vetos, portanto votem “não”.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.157/2009			DATA: 15/03/2016						
AUTORIA: DEPUTADO CHICO LEITE			( ) PODER EXECUTIVO						
RELATOR: DEPUTADO RODRIGO DELMASSO									
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.	
1	AGACIEL MAIA	PTC				1			
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1					
3	CHICO LEITE	REDE		1					
4	CHICO VIGILANTE	PT		1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1					
7	JUAREZÃO	PRTB				1			
8	JULIO CESAR	PRB		1					
9	LILIANE RORIZ	PTB				1			
10	LIRA	PHS		1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE		1					
12	PROF. ISRAEL	PV		1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1			
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1			
16	RICARDO VALE	PT		1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1			
20	SANDRA FARAJ	SD		1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1			
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
17	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO WELLINGTON LUIZ

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		24	

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 108:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.022, de 2012, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a realização do festival de quadrilhas juninas no Distrito Federal e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



RELATÓRIO Nº 1, DE 2015 - CCJ

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao Projeto de Lei nº 1022/2012, que dispõe sobre a realização do festival de quadrilhas juninas no Distrito Federal e dá outras providências.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 52/2015-GAG, de 05 de março de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1022/2012, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que dispõe sobre a realização do festival de quadrilhas juninas no Distrito Federal e dá outras providências

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 24.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o projeto de lei em tela apresenta desconformidade com as regras constitucionais que estabelecem a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para apresentar projeto de lei que implique aumento de despesa para essa esfera de governo (arts. 61, § 1, II, 'e', 63, I, e 84, VI, "a", CF, c/c arts. 71, § 1, IV, e 72, I, LODF). Ante a flagrante inconstitucionalidade formal da proposta ocorreu veto total ao projeto de lei em epígrafe.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

em.

*Dep. Rodrigo Delmas*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 PL N.º 1022 / 2012  
 FOLHA 30 RUBRICA *(m)*

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

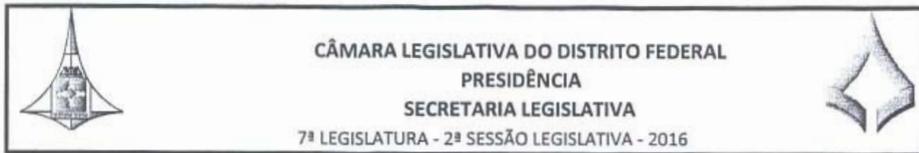
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.022/2012 DATA: 15/03/2016

AUTORIA: DEPUTADO WASNY DE ROURE ( ) PODER EXECUTIVO  
RELATOR: DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE		1				
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1				
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB		1				
9	LILIANE RORIZ	PTB				1		
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE		1				
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1				
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
17	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO WELLINGTON LUIZ

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 26

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a cada um dos colegas aqui que honraram o acordo firmado no Colégio de Líderes; quero agradecer, particularmente, ao Líder de Governo, Deputado Julio Cesar, pelo encaminhamento e concordância com a propositura. Os meus agradecimentos a cada um dos colegas, em particular a V.Exa., que está na Presidência dos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Item nº 103:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.515, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "altera o art. 1º da Lei nº 4.761, de 14 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora de mama, nos casos decorrentes de tratamento de câncer", e acrescenta-lhe o art. 7º, renumerando os demais".

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pl. N.º 1515 / 2013

FOLHA 51 RUBRICA



RELATÓRIO Nº 1, DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1515/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia reparadora de mama nos casos decorrentes de tratamento de câncer.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 36/2015-GAG, de 26 de fevereiro de 2015, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1515/2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia reparadora de mama nos casos decorrentes de tratamento de câncer.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 45.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que o projeto de lei é contrário aos parâmetros de saúde e normas de direito civil e comercial e fere competência da união (CF, arts. 22, I e 24, XII), a qual regulamentou a matéria com leis que possuem o mesmo objeto e tratamento jurídico.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

*Sandra Faraj*  
Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

emm.

*Dep. Rodrigo Delman*

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Pelo acordo do Colégio de Líderes, os Deputados deverão votar "não".

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.515/2013		DATA: 15/03/2016						
AUTORIA: DEPUTADO CHICO VIGILANTE		( ) PODER EXECUTIVO						
RELATOR: DEPUTADO RODRIGO DELMASSO								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE		1				
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1				
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB		1				
9	LILIANE RORIZ	PTB				1		
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE		1				
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1				
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
17	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

  
 SECRETÁRIO DA SESSÃO  
 DEPUTADO WELLINGTON LUIZ

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		28	

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto ao Projeto de Lei nº 1.515, de 2013.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item extrapauta:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 96, de 2015, de autoria Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispõe sobre a proibição de transporte de passageiros em pé para os veículos que integram o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, e dá outras providências”.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Comissão de Constituição e Justiça - CCJ**



**RELATÓRIO Nº \_\_\_\_\_, DE 2016 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 96/2015, que dispõe sobre a proibição de transporte de passageiros em pé nos veículos que integram o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, e dá outras providências.**

**Relator(a): Deputado(a) RODRIGO DELMASSO**

Com a Mensagem nº 028/2016-GAG, de 26 de fevereiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 96/2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que dispõe sobre a proibição de transporte de passageiros em pé nos veículos que integram o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 24

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que se trata de inconstitucionalidade formal, uma vez que o tema é matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art.15 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

Deputado(a) RODRIGO DELMASSO  
Relator(a) DELMASSO  
em.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 29

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não tive oportunidade de participar do Colégio de Líderes porque V.Exa. é o Líder. Eu fico preocupado com essa matéria. É um projeto meritório, da lavra do Deputado Bispo Renato Andrade, mas eu me preocupo muito com a questão jurídica. Se a gente analisar essa questão, até pelo fato de o Deputado Bispo Renato Andrade ser Presidente da CPI dos Transportes, eu fico muito preocupado, porque é uma situação nova de um contrato que já foi firmado. A Justiça está discutindo esse contrato. Até a decisão transitar em julgado, ele é válido. Se isso for aprovado, apesar de ser meritório, vai poder gerar uma situação chamada no mundo jurídico de fato do príncipe. É uma situação nova, involuntária, gerada pelo Estado. Se a gente derrubar o veto, o Estado estará gerando essa situação. E vai mudar o IPK – Índice de Passageiro por Quilômetro. Vai gerar aumento de subsídio? É o que eu coloco. Eu não me sinto confortável em votar isso porque pode gerar um aumento de subsídio, apesar, repito, de meritório.

Eu gostaria de consignar isso nas notas taquigráficas. É um risco muito grande, até pelo fato de o Deputado Bispo Renato Andrade ser Presidente da CPI dos Transportes. Quem entende um pouco de direito administrativo sabe do que estou falando. A não ser que se fizesse uma licitação depois da derrubada desse veto. Aí, sim, seria uma situação que estaria anterior a essa questão. Isso imediatamente vai ensejar um reequilíbrio econômico-financeiro pautado em uma legislação federal – Lei nº 8.666, de 1993 – pelo fato do príncipe, justamente pelo reequilíbrio econômico-financeiro. Senão, seria repactuação. É o que eu gostaria de alertar todos.

Podemos até votar isso, mas peço vênia ao autor do projeto para propor que repense, e que nós possamos, numa próxima reunião de Líderes, rever essa questão. Eu me preocupo única e exclusivamente com essa questão de reequilíbrio econômico e aumento desse subsídio, que, para mim, desculpem a palavra, é um subsídio criminoso, em todos os sentidos. Hoje o Estado paga uma quantia muito grande. O transporte melhorou porque mudou ônibus velho por ônibus novo, mas a população do Gama sofre com a questão de transporte. Não existe transporte para se chegar ao BRT. E há vários outros problemas.

Sobre as questões de ilicitudes e problemas da licitação, eu parabeno a CPI dos Transportes. A Justiça já está cuidando disso, junto com a Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu acho que nós temos que ouvir outras pessoas que não foram ouvidas. Isso é muito importante. Temos de incluir não só o ex-Senador Valmir Amaral. Por que não o escutar, independentemente de qualquer coisa? E impor limites à escuta dele com respeito à instituição, respeito a esta Casa, respeito às

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	30		

peessoas? Se ele extrapolar a fala dele por não ter imunidade parlamentar, que ele pague na Justiça e as pessoas revejam isso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Robério Negreiros, vamos consignar o que foi dito por V.Exa., mas eu vou insistir que deve ser votado, sim. Acho que o Deputado Bispo Renato Andrade foi extremamente feliz. O Parlamento tem que pensar na qualidade dos passageiros. Eu acho uma vergonha o que a gente vê no transporte público. Deputado Bispo Renato Andrade, volto a dizer que V.Exa. foi extremamente feliz quando apresentou esse projeto de lei, independentemente se outros estados ou outros países têm isso ou não. O que não se pode mais é admitir que os nossos ônibus do transporte público pareçam verdadeiras latas de sardinha, onde as pessoas ficam massacradas, entupidas. Então, é preciso realmente dar um basta! E o nosso papel aqui é político, essa é a nossa obrigação. No que depender de mim, V.Exa. leva a votação até o final.

Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

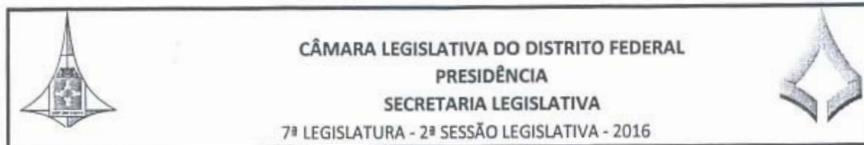
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 96/2015		DATA: 15/03/2016						
AUTORIA: DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE		( ) PODER EXECUTIVO						
RELATOR: DEPUTADO RODRIGO DELMASSO								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1				
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB		1				
9	LILIANE RORIZ	PTB		1				
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE		1				
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1				
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				1
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO JULIO CESAR

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 31

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar das minhas colocações, e acabo muito preocupado com essa questão da derrubada do veto, mas, em respeito ao atual Líder, Deputado Wellington Luiz, que firmou esse compromisso de derrubada de veto. Então, apesar das minhas declarações aqui, votei de acordo com a orientação do atual Líder, Deputado Wellington Luiz, pela derrubada do veto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que, questão de ordem tudo bem, mas em veto não há declaração de voto. Eu acho que o Marcelo aí... Nunca vi isso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Na realidade, na minha avaliação, em qualquer votação tem declaração de voto. A declaração de voto é dada dentro de qualquer processo de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Na avaliação da Assessoria, como há voto, há declaração de voto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Há declaração de voto na derrubada de veto. Eu posso, inclusive, votar favorável à manutenção do veto e justificar a manutenção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu estou dizendo que é a primeira vez que estou vendo declaração de voto em veto, posso estar inteiramente errado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Deputado Wasny de Roure, o Regimento Interno é omissivo em relação a isso. Ele cita que em qualquer processo de votação pode se dar declaração de voto. Como derrubada de veto é processo de votação...

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>		
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>			<b>Sessão/Reunião</b>
15	03	2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		32

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para declaração de voto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Só para justificar, na realidade, o meu voto pela não manutenção do veto. Acredito ser extremamente meritório, mesmo com os argumentos apresentados pelo Deputado Robério Negreiros. Eu acredito, Deputado, que este projeto está, sim, em consonância com aquilo que a própria CPI dos Transportes tem levantado nesta Casa: que o contrato, feito pela secretaria de transporte à época, é irregular, com participações irregulares.

Então, eu acredito que a recomendação da própria Justiça de cancelar o contrato e fazer uma nova licitação... Quando se for fazê-la, vai ter que se obedecer a esta lei, estando ela em vigor. É só isso, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Item extrapauta:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 680, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal, e dá outras providências".

Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Rodrigo Delmasso que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



**RELATÓRIO Nº 01, DE 2016 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 680/2015, que "Altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal, e dá outras providências".**

**Relatora: Deputada Sandra Faraj**

Com a Mensagem nº 341/2015-GAG, de 24 de dezembro 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 680/2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal, e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fls. 21-22.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição normativa em análise apresenta vício de natureza formal, pois trata de matéria cuja iniciativa para legislar é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos termos dos artigos 52, 71 e 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
 Presidente

Deputada SANDRA FARAJ  
 Relatora

emm.

*Rep. Rufino*  
*Delmas*  
*ADHOU*

CCJ
Pl Nº 680 / 2015
FOLHA 34 RUBRICA

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esta Presidência informa que, pelo acordo de Líderes, é para votar “não”.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 680/2015 DATA: 15/03/2016

AUTORIA: DEPUTADA TELMA RUFINO ( ) PODER EXECUTIVO  
RELATOR: DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (AD HOC)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1				
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB		1				
9	LILIANE RORIZ	PTB		1				
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE		1				
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1				
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

  
 SECRETÁRIO DA SESSÃO  
 DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários e 1 abstenção. Houve 7 ausências.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Quero chamar a atenção dos Deputados, acho que é até uma questão de respeito. Alguns colegas acabam de votar os vetos a seus projetos e se ausentam. Em respeito aos demais colegas que aqui estão, deveriam ficar até o final. Outros, de fato, saíram. Eu não tenho veto a projeto meu para ser votado, mas vou ficar até o final.

Não é a primeira vez que vemos isso acontecer. Os colegas que se ausentam deveriam voltar e ter consideração com os que estão aqui, já que os vetos a seus projetos foram derrubados. Peço consideração aos colegas que têm a prática de fazer isso e tenham respeito aos demais colegas.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero ir na mesma linha de V.Exa. Na verdade, V.Exa. disse agora que não tem nenhum veto nesta tarde a projeto seu para ser apreciado, mas mesmo assim V.Exa. está aqui por respeito aos colegas.

Nós também fizemos um trabalho durante uma semana inteira, justamente para prestigiar todos os Deputados da Casa. Vemos isso acontecer, mas realmente não pode acontecer. A partir de agora, é muito importante que quem esteja fazendo isso seja deixado por último. Pelo menos, terá que ficar até chegar o dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu acho que tem que haver isso mesmo, já que é uma democracia.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, que preside a sessão; Deputado Julio Cesar, por hábito aqui na Casa, tínhamos o trato de votar os vetos e projetos dos Deputados que estavam presentes. Esse acordo era interessante porque o autor do projeto de lei a ser aprovado permanecia e o colega pedia para ele ficar em plenário. Então, funcionava bem.

É interessante, Deputado Wellington Luiz, Líder do meu bloco, propor isso no Colégio de Líderes. Pode ser que ajude, lembrando que não podemos exigir que o Deputado fique em plenário. Eu, por exemplo, estou aqui desde as 15h, tinha um

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	35		

compromisso logo mais, mas fiquei. O Deputado Bispo Renato Andrade fez o apelo para ficarmos, então estou desde o início. A sessão começou às 16h25min, eu estava aqui no plenário desde às 15h e pouco com o Deputado Chico Vigilante.

Eu gostaria que V.Exa. entendesse também que às vezes temos outro compromisso. Infelizmente a sessão não começa no horário e acaba que dá essa divergência nos horários.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Cristiano Araújo, eu já propus que a reunião do Colégio de Líderes fosse na segunda-feira ou em um horário diferente, justamente para que não houvesse esse atraso. Eu sou religioso quanto ao horário. Chego ao Colégio de Líderes às 14h30min, às vezes a reunião começa às 15h e chegamos aqui às 16h, 16h30min. Eu saio do Colégio de Líderes e venho direto para cá.

Neste caso específico – V.Exa. o conhece, é extremamente pragmático –, eu chamei a atenção neste caso porque existe a prática de determinados colegas que esperam votar o veto a seu projeto, para depois se ausentarem. E aí não é justo. Não é o caso daqueles que chegam cedo e têm que se ausentar. É daqueles que usam isso como prática. É uma esperteza, para não chamar de outra coisa.

Obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

Item nº 135:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.972, de 2014, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a garantia de atendimento prioritário aos advogados no exercício profissional em atendimento nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, bem como sobre a disponibilização de vagas em estacionamento privativo e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



**RELATÓRIO Nº 01, DE 2015 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1972/2014, que dispõe sobre a garantia de atendimento prioritário aos advogados no exercício profissional em atendimento nos órgãos da administração pública direta e indireta do Distrito Federal, bem como sobre a disponibilização de vagas em estacionamento privativo e dá outras providências.**

**Relatora: Deputada Sandra Faraj**

Com a Mensagem nº 202/2015-GAG, de 8 de setembro de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1972/2014, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que dispõe sobre a garantia de atendimento prioritário aos advogados no exercício profissional em atendimento nos órgãos da administração pública direta e indireta do Distrito Federal, bem como sobre a disponibilização de vagas em estacionamento privativo e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 29.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o Projeto de Lei estabelece tratamento preferencial que se caracteriza como materialmente inconstitucional em decorrência do princípio da igualdade, consagrado na Constituição Federal no art. 5º.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

Deputada SANDRÁ FARAJ  
Relatora

emm.

Dep. Roberto  
Negreiros



AD HOC

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

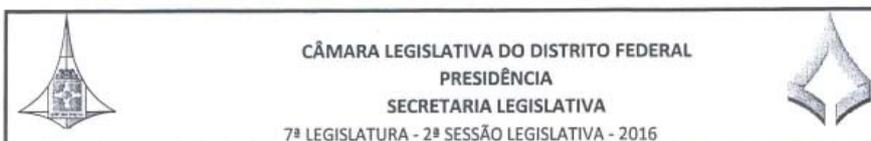
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.972/2014			DATA: 15/03/2016						
AUTORIA: DEPUTADO AGACIEL MAIA			( ) PODER EXECUTIVO						
RELATOR: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS									
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.	
1	AGACIEL MAIA	PTC		1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1					
3	CHICO LEITE	REDE				1			
4	CHICO VIGILANTE	PT		1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1			
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1					
7	JUAREZÃO	PRTB				1			
8	JULIO CESAR	PRB		1					
9	LILIANE RORIZ	PTB		1					
10	LIRA	PHS		1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1			
12	PROF. ISRAEL	PV		1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1			
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1			
16	RICARDO VALE	PT		1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1			
20	SANDRA FARAJ	SD				1			
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1			
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
14	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 37

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários e 1 abstenção. Houve 9 ausências.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a V.Exa. pela justificativa e pelo respeito aos colegas. Quero também fazer um agradecimento pela derrubada deste veto. Na realidade, Deputado Wasny de Roure e demais colegas, a maioria dos tribunais já têm áreas reservadas aos advogados. E essas vagas destinadas aos advogados nos prédios públicos, que já existem nos tribunais, podem ser regulamentadas pelo governo, Deputado Wellington Luiz, e não precisam ser necessariamente em áreas próximas aos prédios, temos os estacionamentos.

Isso pode ser feito na regulamentação. Um advogado teria direito a uma vaga mais próxima, porque nós sabemos das demandas – os tribunais já têm essas vagas – e as outras três vagas poderiam ser em estacionamentos que necessariamente não precisariam ser próximas aos prédios. Isso é totalmente exequível, é justo, porque nós sabemos que, principalmente nas advocacias que atuam nas defensorias e que atendem a uma demanda muito grande, na maioria das vezes, as pessoas ficam pensando sem ter onde estacionar. Portanto, eu acho meritória a derrubada desse veto. Não é uma questão inconstitucional, Deputado Robério Negreiros, tendo em vista que os tribunais já adotam esse critério.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado. Eu também concordo com V.Exa.

Item extrapauta:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 595, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "exclui dispositivos da Lei nº 2.402, de 15 de junho de 1999, que institui o Programa Bolsa Atleta".

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01, DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 595/2015, que "Exclui dispositivos da lei 2.402, de 15 de junho de 1999, que Institui o Programa Bolsa Atleta".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 23/2016-GAG, de 26 de fevereiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 595/2015, de autoria do Deputado Júlio Cesar que "Exclui dispositivos da lei 2.402, de 15 de junho de 1999, que Institui o Programa Bolsa Atleta".

A proposição em comento foi aprovada sem alteração, ficando a Redação Final conforme a folha 17.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o Projeto de Lei veicula retirada de requisito de ausência de patrocínio para a concessão de bolsa atleta, o que contraria o interesse público em razão da insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento da totalidade dos atletas que fariam jus ao benefício.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

  
Dep. Roberto  
Negreiros  
AD HOC

SECRETARIA LEGISLATIVA  
PL Nº 595/2015  
Folha nº 24 R.177

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

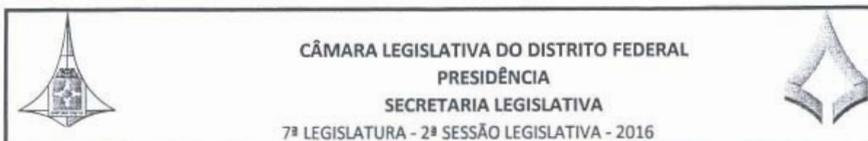
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 595/2015		DATA: 15/03/2016						
AUTORIA: DEPUTADO JULIO CESAR		( ) PODER EXECUTIVO						
RELATOR: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1				
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB		1				
9	LILIANE RORIZ	PTB		1				
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1		
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1				
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNÝ DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	39		

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item extrapauta:.

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.781, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a valorização das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da administração pública direta e indireta”.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Comissão de Constituição e Justiça - CCJ**



**RELATÓRIO Nº \_\_\_\_\_, DE 2016 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1781/2014, que dispõe sobre a valorização das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da administração pública direta e indireta.**

**Relator(a): Deputado(a)**

Com a Mensagem nº 027/2016-GAG, de 26 de fevereiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1781/2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que dispõe sobre a valorização das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da administração pública direta e indireta.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 27.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposta em análise apresenta vício de inconstitucionalidade formal, em virtude de violar competência da União para legislar sobre direito do trabalho e normas gerais de licitação e contratação, previstas no art.22 da Constituição Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

Deputado(a) *Robério Negreiros*  
Relator(a)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO (TOTAL/PARCIAL) AO PROJETO DE LEI Nº 1.781/2014 DATA: 15/03/2016

AUTORIA: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS ( ) PODER EXECUTIVO  
RELATOR: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1				
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB		1				
9	LILIANE RORIZ	PTB		1				
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1		
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1				
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 132:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.643, de 2013, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "altera a Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, prorroga a vigência de isenções da Taxa de Limpeza Pública e dá outras providências".

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



RELATÓRIO Nº 01, DE 2015 - CCJ

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao Projeto de Lei nº 1643/2013, que altera a Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos automotores-IPVA e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, prorroga a vigência de isenções da Taxa de Limpeza Pública e dá outras providências.

**Relatora: Deputada Sandra Faraj**

Com a Mensagem nº 175/2015-GAG, de 27 de agosto de 2015, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1643/2013, de autoria da Deputada Liliane Roriz que altera a Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos automotores-IPVA e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, prorroga a vigência de isenções da Taxa de Limpeza Pública e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 20

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que a proposição trata de renúncia fiscal não atendendo o art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fere o equilíbrio orçamentário-financeiro do Distrito Federal, indispensável para atuações governamentais essenciais à população, razão pela qual a ampliação do benefício fiscal contraria o interesse público.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
 Presidente

Deputada SANDRA FARAJ  
 Relatora

Roberto Negreiros

AD HOC



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.643/2013										DATA: 15/03/2016	
AUTORIA: DEPUTADA LILIANE RORIZ										( ) PODER EXECUTIVO	
RELATOR: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS											
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.			
1	AGACIEL MAIA	PTC		1							
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1							
3	CHICO LEITE	REDE				1					
4	CHICO VIGILANTE	PT		1							
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1							
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1							
7	JUAREZÃO	PRTB				1					
8	JULIO CESAR	PRB		1							
9	LILIANE RORIZ	PTB		1							
10	LIRA	PHS		1							
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1					
12	PROF. ISRAEL	PV		1							
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1							
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1					
16	RICARDO VALE	PT		1							
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1							
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1							
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1							
22	WASNY DE ROURE	PT		1							
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1							
24	CELINA LEÃO	PPS				1					
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24</b>		

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

  
 SECRETÁRIO DA SESSÃO  
 DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	43	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item extrapauta:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 289, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "altera a Lei nº 3.516, de 27 de dezembro de 2004, que assegura aos professores do sistema de ensino do Distrito Federal a concessão de desconto na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais e desportivos".

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



**RELATÓRIO Nº \_\_\_\_\_, DE 2016 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 289/2015, que altera a Lei nº 3.516, de 27 de dezembro de 2004, que assegura aos professores do sistema de ensino do Distrito Federal a concessão de desconto na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais e desportivos.**

**Relatora: Deputada Sandra Faraj**

Com a Mensagem nº 022/2016-GAG, de 26 de fevereiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 289/2015, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que altera a Lei nº 3.516, de 27 de dezembro de 2004, que assegura aos professores do sistema de ensino do Distrito Federal a concessão de desconto na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais e desportivos.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 20.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposta de ampliar o acesso dos professores do sistema federal de ensino à arte, cultura e esporte, afeta a viabilidade econômica das atividades culturais e esportivas, pois a ampliação de benefício a determinado conjunto de cidadãos suportada pelo setor privado, sem qualquer compensação ou cálculo, fere o princípio da livre iniciativa, que é fundamento da ordem econômica, nos termos dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

  
Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

  
Roberto Neumann  
ADHOC

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
	3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		44

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 289/2015			DATA: 15/03/2016						
AUTORIA: DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA			( ) PODER EXECUTIVO						
RELATOR: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS									
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.	
1	AGACIEL MAIA	PTC		1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1					
3	CHICO LEITE	REDE				1			
4	CHICO VIGILANTE	PT		1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1					
7	JUAREZÃO	PRTB				1			
8	JULIO CESAR	PRB		1					
9	LILIANE RORIZ	PTB		1					
10	LIRA	PHS		1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1			
12	PROF. ISRAEL	PV		1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1			
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1			
16	RICARDO VALE	PT		1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1			
20	SANDRA FARAJ	SD				1			
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1			
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	45	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: houve 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item extrapauta:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.508, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de o Governo do Distrito Federal disponibilizar na rede mundial de computadores e no Diário Oficial a demanda reprimida da saúde”.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



**RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1508/2013, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de o governo do Distrito Federal disponibilizar na rede mundial de computadores e no Diário Oficial a demanda reprimida da saúde".**

**Relatora: Deputada Sandra Faraj**

Com a Mensagem nº 314/2015-GAG, de 18 de dezembro 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1508/2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o governo do Distrito Federal disponibilizar na rede mundial de computadores e no Diário Oficial a demanda reprimida da saúde.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 28.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o Projeto em tela padece de vício de inconstitucionalidade formal, uma vez tratar-se de competência exclusiva do Governador do Distrito Federal a iniciativa legislativa sobre o tema, nos termos do art. 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal, haja vista a atribuição de atividades que devem ser assumidas e custeadas por órgão do Poder Executivo distrital.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 - Gabinete 18 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Tel. (61) 3348-8182

CCJ  
PL Nº 1508 / 2013  
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

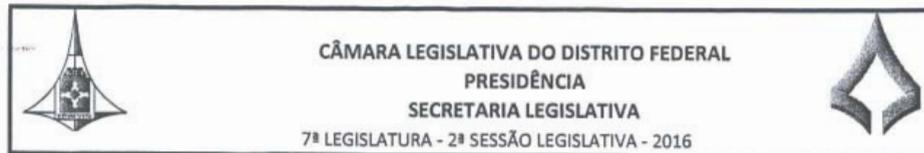
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.508/2013 DATA: 15/03/2016

AUTORIA: DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES ( ) PODER EXECUTIVO  
RELATOR: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1				
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB		1				
9	LILIANE RORIZ	PTB		1				
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1		
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1				
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	47	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: houve 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item extrapauta:

Apreciação ao veto total do Projeto de Lei nº 335, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a instalação de fraldários nos banheiros masculinos dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



**RELATÓRIO Nº 04 , DE 2016 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 335/2015, que "Dispõe sobre a instalação de fraldários nos banheiros masculinos dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal".**

**Relatora: Deputada Sandra Faraj**

Com a Mensagem nº 003/2016-GAG, de 07 de janeiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 335/2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que dispõe sobre a instalação de fraldários nos banheiros masculinos dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 15-16.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o estabelecimento de obrigação suportada pelo setor privado, sem qualquer compensação ou cálculo, afeta a viabilidade econômica das atividades comerciais, notadamente as das micro e pequenas empresas. Portanto, a medida está em desacordo com o valor social da livre iniciativa, que é fundamento da ordem econômica, nos termos do art. 170 da Constituição Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
 Presidente

Deputada SANDRA FARAJ  
 Relatora

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

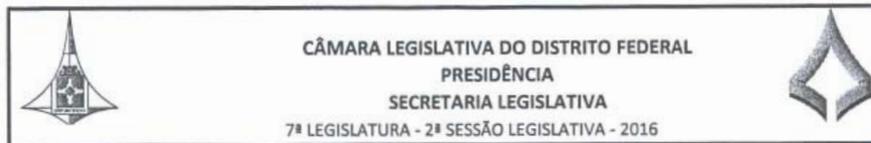
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 335/2015		DATA: 15/03/2016						
AUTORIA: DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO		( ) PODER EXECUTIVO						
RELATOR: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				1		
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB				1		
9	LILIANE RORIZ	PTB		1				
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1		
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1				
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
14	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
10	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
14	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

SECRETARIA LEGISLATIVA  
PL Nº 335/2015  
Folha nº 27/50

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 15   03   2016	<b>Horário Início</b> 16h15min	<b>Sessão/Reunião</b> 17ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 49

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item Extrapauta:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 635, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências’.”

Concedo a palavra ao Relator, para proferir relatório. (Pausa.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a leitura do próximo item para a gente ganhar tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item Extrapauta:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.223, de 2012, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de aviso da presença de organismo geneticamente modificado em alimentos destinados ao consumo humano e animal produzidos, industrializados e comercializados no Distrito Federal”.

Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Robério Negreiros que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL N.º 1223 / 2012

FOLHA 45 RUBRICA 20926



**RELATÓRIO Nº , DE 2015 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1223/2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de aviso da presença de organismo geneticamente modificado – OGM – em alimentos destinados ao consumo humano e animal produzidos, industrializados e comercializados no Distrito Federal.**

**Relatora: Deputada Sandra Faraj**

Com a Mensagem nº 109/2015-GAG, de 11 de junho de 2015, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1223/2012, de autoria do Deputado Joe Valle, dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de aviso da presença de organismo geneticamente modificado – OGM – em alimentos destinados ao consumo humano e animal produzidos, industrializados e comercializados no Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada sem alteração, ficando a redação final conforme fl. 38.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que a matéria estabelece disciplina abrangente, distinta e contrária às normas gerais ditadas pela União. O parágrafo único do art. 2º estabelece obrigação de caráter geral independentemente de haver determinação federal para tanto. Além disso, os artigos 3º a 5º ampliam as obrigações de informar o consumidor sobre a presença de organismos geneticamente modificados, ainda que o *caput* do artigo 2º faça menção à observância de regulamentação federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

*Roberto Negreiros*

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	03	2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				50	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para ficar pontuado, devidamente registrado, que temos o entendimento aqui de só votarmos veto de Deputados que estão em plenário. O Deputado Joe Valle não tem como estar aqui porque, neste momento, S.Exa. é secretário.

Tendo em vista que o Deputado Prof. Reginaldo Veras, um grande parceiro nosso, pediu que incluísse... e o Deputado não pode se licenciar... (inaudível) para votar o veto, vou votar a favor da derrubada.

É até bom, porque S.Exa. está no governo, foi o governo que vetou, e agora a gente derruba o veto de um secretário de Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito, Deputado Chico Vigilante.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.223/2012 DATA: 15/03/2016

AUTORIA: DEPUTADO JOE VALLE ( ) PODER EXECUTIVO  
RELATOR: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				1		
7	JUAREZÃO	PRTB				1		
8	JULIO CESAR	PRB				1		
9	LILIANE RORIZ	PTB		1				
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1		
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1				
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( - )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
14	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
10	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
14	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5. CEP: 70094-902 - Brasília-DF. Tel: (61)3348-8793

www.cl.df.gov.br

SECRETARIA LEGISLATIVA  
PL Nº 1.223/2012  
Folha nº 116/121

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>		<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
15   03   2016		16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA		51

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item extrapauta:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 635, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituída pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências."

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Robério Negreiros, para que proceda à leitura do relatório.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proferir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, relatório do veto ao Projeto de Lei nº Projeto de Lei nº 635, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituída pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências."

Motivo do veto:

A despeito dos louváveis propósitos da ilustre Parlamentar, autora da proposta, na busca de uma norma que vise aprimorar o ordenamento jurídico do Distrito Federal, observa-se que a mencionada proposição normativa não poderá ser sancionada em função de comportar inconstitucionalidade formal, uma vez que o projeto ora em análise produz alterações na forma de serviços públicos de transporte coletivo no âmbito do Distrito Federal. Tema cuja competência para iniciativa legislativa é concedida privativamente ao chefe do Poder Executivo.

Eis as informações que julgamos necessárias.

É o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber, como é um projeto que não estava na pauta, do que se trata. Como remete somente a alteração, quero saber o que

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
	<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

estou votando. Eu não tenho conhecimento do que é. Está-se alterando uma lei. Eu queria somente um instante.

Sr. Presidente, estou satisfeito com as informações e preparado para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

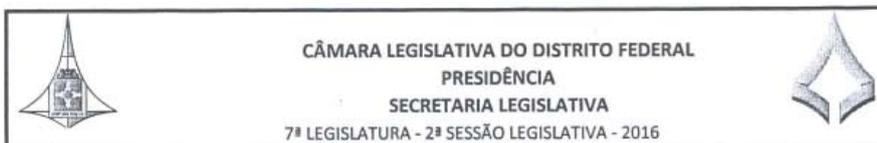
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 635/2015										DATA: 15/03/2016	
AUTORIA: DEPUTADA CELINA LEÃO										( ) PODER EXECUTIVO	
RELATOR: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS											
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.			
1	AGACIEL MAIA	PTC				1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1							
3	CHICO LEITE	REDE				1					
4	CHICO VIGILANTE	PT		1							
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1							
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				1					
7	JUAREZÃO	PRTB				1					
8	JULIO CESAR	PRB				1					
9	LILIANE RORIZ	PTB		1							
10	LIRA	PHS		1							
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1					
12	PROF. ISRAEL	PV		1							
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1							
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1					
16	RICARDO VALE	PT		1							
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1							
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1							
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1							
22	WASNÝ DE ROURE	PT		1							
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1							
24	CELINA LEÃO	PPS				1					
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>24</b>			

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
13	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
11	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
13	QUÓRUM VOTANTE

  
 SECRETÁRIO DA SESSÃO  
 DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   03   2016	16h15min	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Deputado Prof. Israel, aqui presente, está alterando o seu voto de “abstenção” para “não”.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos contrários. Houve 11 ausências.

Total de votantes: 13.

Fica rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Não havendo mais expediente sobre a Mesa, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h40min.)